

**ACTA DA QUARTA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE  
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.15 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, Maria Manuela Santos Ferreira Cunha, Ana Sofia Fonseca Casebre, António Pratas Cardoso, Rui Augusto Nabais, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes (em substituição de Ana Carla Ferreira Gonçalves), Bernardo António Palheta Serra, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Maria Manuel Simão, Rodrigo António F.A. Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, António Pedro Mendonça Vieira, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, António Joaquim Soares (em substituição de Liliana Catarina Barroso de Sousa), Albino da Piedade Pereira, Rui Miguel da Costa e Silva (em substituição de João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira), António Manuel da Silva Moreira, Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa Filipe, Cristina

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA  
LEZÍRIA DO TEJO

Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Teresa Margarida Batista Rodrigues (em substituição de Manuel Maria Lagos Pedroso), Ana Marta Anacleto Rodrigues (em substituição de Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz) e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Apresentaram justificação de falta os seguintes membros: Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Manuel Maria Lagos Pedroso, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira e Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz.-----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Pedro Raimundo Duarte Coelho, Pedro Miguel dos Santos Queimado, António Manuel Silva Arribança, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação e Votação de Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal;-----

--- 3 – Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2010;-----

--- 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Ratificação de Procedimento de Contrato de Compra e Venda de Veículo.-----

-----  
--- Não estando presentes na sessão nenhum dos membros da Mesa da Assembleia Intermunicipal, foi votada pelos senhores Deputados a constituição de uma Mesa *Ad-hoc*, composta pelos seguintes membros:-----

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA  
LEZÍRIA DO TEJO

--- Francisco José Velez Gaspar (PS) – Presidente da Mesa;-----

--- António José Rodrigues (CDU) – Vice-Presidente da Mesa;-----

--- Sónia Patrícia da Silva Ferreira (PSD) – Secretária da Mesa.-----

--- Colocada a votação, através de voto secreto, a proposta de constituição da Mesa *Ad-hoc*, composta pelos membros acima referidos, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 36;-----

--- Votos contra – 1;-----

--- Abstenções – 1.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Mesa *Ad-hoc* da Assembleia Intermunicipal, Francisco José Velez Gaspar (PS)**, para que tomasse posse o elemento da Assembleia Intermunicipal que ainda não o tinha efectuado, sendo ele António Pedro Mendonça Vieira, do Bloco de Esquerda.-----

--- Estando reunidas todas as condições de trabalho, deu-se início ao Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- **Período Antes da Ordem do Dia:**-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, referindo que a bancada da CDU tinha apresentado um conjunto de moções e sugeria que os elementos tivessem tempo de as receber e de as ler, antes de serem apresentadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Mesa *Ad-hoc* da Assembleia Intermunicipal, Francisco José Velez Gaspar (PS)**, referindo que os senhores Deputados acompanhariam a leitura, enquanto era apresentado cada documento.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, deixando, em nome da bancada da CDU, uma sugestão sobre a marcação das datas das sessões das Assembleias Intermunicipais. Considerou que deveriam ser auscultadas previamente todas as Assembleias Municipais, porque sendo a

Assembleia Intermunicipal composta por eleitos de Assembleias Municipais, a mesma não deveria reunir quando estavam reunidas Assembleias Municipais. Este problema verifica-se naquela noite em vários locais. Assim, de acordo com a senhora Deputada, seria uma boa prática haver um entendimento para a auscultação das Assembleias Municipais, para que a Assembleia Intermunicipal não acontecesse no mesmo dia. A senhora Deputada prosseguiu a sua intervenção, apresentando um Voto de Pesar pelo Falecimento de José Saramago: “José Saramago, nascido em 16 de Novembro de 1922 na aldeia ribatejana da Azinhaga e falecido no passado dia 18 de Junho em Lanzarote, será sempre recordado como grande obreiro da língua portuguesa, uma figura impar da cultura portuguesa que ampliou o inestimável património que a literatura representa. Laureado com o Prémio Nobel da Literatura em 1998, viu nesse galardão o culminar da uma carreira de romancista iniciada em 1947, plena de grandes obras e aclamação do público e da crítica, e já então concretizada noutras e relevantes honras literárias, como por exemplo o Prémio Camões, para além de outros 17 prémios literários. Tanto o Prémio Camões como o Prémio Nobel foram a devida vénia por uma carreira iluminada por obras como “Memorial do Convento” (1982), “O Ano da Morte de Ricardo Reis” (1984), “A Jangada de Pedra” (1986), “A História do Cerco de Lisboa” (1989), “O Evangelho Segundo Jesus Cristo” (1991), “Ensaio sobre a Cegueira” (1989), “Todos os Nomes” (1997) e outras, mas que também se devem considerar como projectados para o seu próprio futuro, fruindo nas páginas de “A Caverna” (2001), “O Homem Duplicado” (2002), “As Intermitências da Morte” (2005), “A Viagem do Elefante” (2008) ou “Caim” (2009). A sua magnífica obra, impelida por aquele prémio maior da escrita mundial, viu reforçada a sua dimensão e divulgação universal, impondo a respectiva tradução em dezenas de línguas e deu um valioso contributo para a projecção da língua e da cultura portuguesa no Mundo. José Saramago foi ainda um activista político, importa lembrar o seu exercício do cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa eleito pela Coligação “Por Lisboa” em 1990 indicado pelo Partido Comunista

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA  
LEZÍRIA DO TEJO

Português, de que foi membro desde 1969 na senda da sua marcada e reconhecida acção cívica. José Saramago foi também um construtor de Abril, dando continuidade à sua acção como antifascista, desde o Dia 25 de Abril de 1974, como protagonista no processo revolucionário que viria a transformar profunda e positivamente Portugal com a construção de uma democracia, tendo como principal referência a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e de Portugal, e morreu como militante do PCP, o partido que ele quis que fosse o seu até ao fim da sua vida. A sua morte representa uma enorme perda para o País e também para o Ribatejo onde o seu coração de menino nunca deixou de estar. Em virtude do quanto se descreveu e sempre se recordará, a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo reunida em plenário, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Saramago e expressa, a sua mulher Pilar del Rio, a sua filha Violante de Matos, aos seus familiares e à Fundação José Saramago as mais sentidas condolências”. A senhora Deputada terminou a sua intervenção referindo que esta proposta estava feita em nome da CDU, mas não queria deixar de sugerir que as condolências também fossem apresentadas ao Partido Comunista Português, do qual José Saramago tinha sido militante até ao fim.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que, partidarismos à parte, entendia que José Saramago tinha sido uma figura que merecia o destaque que era proposto na Moção. E pesasse embora ter sido aditada na Moção a questão de incluir também um Voto de Pesar ao Partido Comunista Português, apesar das divergências iria votar favoravelmente.-----

--- Submetido à votação o Voto de Pesar pelo Falecimento de José Saramago, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 28 (PS, CDU, BE e MICA);-----

--- Votos contra: 1 (PSD);-----

--- Abstenções: 10 (PS e PSD).-----

-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, começando por desejar rápidas melhoras ao senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMLT. Passou a ler o seguinte Voto de Pesar: “Os vogais do Partido Socialista integrantes da CIMLT propõem um Voto de Pesar pelo desaparecimento do Prémio Nobel da Literatura – José Saramago. Ao aprovarmos este Voto de Pesar, esta Assembleia mais não faz do que reconhecer o valor intelectual daquele que foi o obreiro das letras e que contribuiu para que a língua portuguesa e a cultura nacional pudessem afirmar-se cada vez mais no plano internacional. Este Voto quer homenagear ainda o homem que ao longo da sua vida sempre soube afirmar-se como um humanista e um militante de causas – as suas e as de milhões de outros cidadãos, independentemente da sua ideologia política ou credo religioso”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, referindo que poderia ser efectuado apenas um Voto de Pesar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, referindo que, relativamente à votação de moções na Assembleia Intermunicipal, não conhecia o regimento e em que altura deveriam ser votados os documentos. Sabia no entanto que no caso da Assembleia Municipal de Santarém era no final dos trabalhos, para dar tempo a que cada bancada tomasse conhecimento dos seus conteúdos e houvesse alguma hipótese de coordenação. Caso o regimento previsse a votação logo após a apresentação do documento, na opinião do senhor Deputado esta deveria ser uma situação a corrigir.-----

--- Submetido à votação o Voto de Pesar pelo desaparecimento do Prémio Nobel da Literatura – José Saramago, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 28 (PS, CDU, BE e MICA);-----

--- Votos contra: 1 (PSD);-----

--- Abstenções: 10 (PS e PSD).-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, apresentando a Declaração “Pela Defesa de Serviços de Saúde com Qualidade”: “Na última sessão, apresentámos nesta Assembleia uma Moção sobre esta temática e manifestámos as nossas preocupações pelos então anunciados encerramentos das extensões de saúde e reorganização dos serviços de saúde nos nossos Concelhos. Reconhecemos as dificuldades e as carências que os responsáveis pelos serviços de saúde têm em contratar médicos portugueses, mas não aceitamos nem compreendemos que não sejam tomadas as medidas necessárias para garantir às populações do interior os mesmos direitos aos serviços de saúde pública que as das regiões urbanas. Ora a reorganização que está a ser implementada pelas entidades responsáveis por este sector não pode prejudicar estas populações, em grande parte uma população envelhecida, com poucos recursos económicos, com baixas reformas, sem meios de transporte próprios e públicos para se deslocarem aos centros mais urbanos onde ficam instaladas as USF (Unidades de Saúde Familiar). Lembramos que a 23 de Novembro a directora executiva do ACES garantiu ao jornal “O Mirante” que “não está previsto o encerramento de nenhuma extensão ou prejuízo para a população” a garantiu que “estamos a trabalhar para que alguns jovens médicos venham ali prestar serviços”. Continuamos a acompanhar com atenção as diligências que têm sido feitas pelos responsáveis políticos locais, CMCs, AMs e Juntas de Freguesia e esperamos que exista alguma compreensão das entidades regionais do Ministério da Saúde/ACES pelas características dos Concelhos da nossa região, que os tornam alvo de um estudo mais atento na reorganização que se pretende desenvolver nos serviços de saúde. Entendemos que a implementação de Unidades de Saúde Familiar devem ser dotadas de meios que levem o médico a todas as localidades, devido às enormes distâncias e inexistência de transportes públicos nestas localidades do interior, à urgente aprovação da Unidade de Cuidados à Comunidade e, por último, que não sejam encerradas quaisquer extensões de saúde, nem suspensos os serviços actualmente prestados. Acreditamos que o Conselho Executivo da CIMLT, com o

apoio desta Assembleia Intermunicipal, tomará todas as diligências face à situação da saúde na região e saberá discutir e tomar as decisões que julgue mais correctas para ajudar a solucionar este problema. Relembramos que as competências deste sector da saúde são do governo central, mas as Câmaras Municipais e a Comunidade Intermunicipal terão que tomar diligências junto das entidades responsáveis do sector, para garantir as condições necessárias para o funcionamento dos serviços de saúde às populações. Por último, afirmamos que estamos muito empenhados na defesa destes serviços e fazemos votos para que todas as forças políticas se unam em torno deste objectivo comum, caso contrário, será muito difícil alcançarmos os resultados esperados – a garantia de serviços de saúde com qualidade nos Concelhos”.

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, referindo que a moção apresentada na última Assembleia pela CDU tinha sido entregue aos dois representantes do Conselho Executivo em órgãos que tinham a ver com a gestão do sistema de saúde, respectivamente os senhores Presidentes de Câmara da Golegã e de Benavente, no sentido de darem sequência nesses órgãos onde eram representativos do conteúdo da Moção.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, apresentando a seguinte Moção: “O Governo Nacional, Socialista, elaborou e aprovou o Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC. Em conjunto com o Orçamento de Estado, o PEC fixam a estratégia da política económico-financeira para o triénio 2010-2013. Mais, recentemente, foram aprovadas, em Assembleia da República, as suas medidas complementares, com o aval do Partido Social Democrata. Este Plano Socialista não irá, como anunciado pelos seus autores, resolver nenhum dos seríssimos problemas que, desde há muito, o país atravessa. Não resultará na sustentabilidade das finanças públicas, nem na promoção do crescimento e do emprego, muito menos na competitividade da economia nacional,

prejudicando gravemente a equidade e a justiça sociais. Irá, isso sim impor mais sacrifícios aos mesmos de sempre e acentuar as injustiças sociais, uma vez que: cortará no investimento público; cortará nas deduções específicas e nas deduções à colecta do IRS, a par do que aumentará a taxação; os salários e pensões vão ser congelados; as prestações sociais vão diminuir (reduções nos subsídios de desemprego, restrições ao abono de família, ao rendimento social de inserção ou ao subsídio social de desemprego, eliminação antecipada das medidas anti-crise, etc). Quanto aos Municípios Portugueses este mesmo Plano Socialista constitui um ataque inqualificável à autonomia do Poder Local. Implicará nova redução de 100 milhões de euros nas receitas municipais. Terá como consequência o aumento global dos impostos, onerando os Municípios com despesas adicionais assentes no agravamento de IVA. Fixará o endividamento líquido nulo, quando os Municípios quase não contribuíram para a dívida pública e para o défice nacional. Sujeitará os Municípios ao jugo da interdição de admissões de pessoal. Não são compreensíveis estas alterações das regras a meio do jogo, das quais decorrem seríssimas e gravosas consequências para a gestão diária dos Municípios e para a vida concreta das populações que os órgãos autárquicos servem. Este Plano Socialista é, assim, um conjunto desgarrado de medidas precipitadas, algumas delas flagrantemente ilegais, que ignoram profundamente a realidade do País e das suas gentes, assumindo-se como um instrumento de pressão ilegítima sobre o Poder Local Autónomo, o de maior proximidade com as pessoas, pelo reforço do centralismo e pelos sérios entraves que coloca às políticas (sociais e outras) de proximidade. Por todas as razões acima expostas propomos à Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em Sessão Ordinária do ano de 2010, a 30 de Junho, que: manifeste a sua discordância veemente com o Governo Nacional quanto às medidas preconizadas no PEC e nas suas medidas complementares, em especial no que respeita à incidência sobre os Municípios Portugueses e sobre os Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal; mostre a sua concordância e

solidariedade com a posição assumida pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses relativamente às implicações do PEC e das suas medidas complementares na área do poder local” .-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, referindo que o PSD não era progenitor do PEC. O PSD, ao avaliar o PEC, tinha tido uma atitude essencialmente a pensar no interesse nacional e não tinha qualquer tipo de culpa na política seguida pelo Partido Socialista desde que estava no Governo, que, em nome de resultados eleitorais, tinha omitido a real situação em que o País e as finanças se encontravam. De acordo com o senhor Deputado, o PSD tinha tido simplesmente um sentido de Estado e tinha viabilizado um Plano que no fundo era uniforme em relação ao que se passava em vários países da Europa, para viabilizar as finanças públicas. Na opinião do senhor Deputado, claro que esta situação doía, e sempre aos mesmos. No entanto, não via na Moção nada que transparecesse qualquer tipo de política alternativa àquilo que era censurado. O PSD iria assim tomar a sua posição no que tocava à votação da Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Filipe Claro Justino (PS)**, dizendo que a Moção da CDU era uma cópia de outra apresentada na Assembleia Municipal de Coruche. O senhor Deputado referiu que naquele órgão tinha votado desfavoravelmente a Moção sobre o PEC e assinalou ainda o que se tinha passado em Coruche. Depois de apresentada a Moção na Assembleia Municipal, a CDU tinha apresentado umas proposições para a Câmara Municipal de Coruche fazer um PEC em Coruche, o que era algo contraditório. Ou seja, estavam contra o PEC nacional, mas queriam um PEC para Coruche. Portanto, pelo menos os senhores Deputados de Coruche iriam votar contra a Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, dizendo que respeitava a Moção e a posição da CDU, como democrata e amante da Democracia. Mas como era óbvio não podia de forma alguma concordar com ela, uma vez que parecia completamente desligada daquilo que era a realidade europeia

e mundial. O senhor Deputado prosseguiu afirmando que ninguém gostava de tomar decisões difíceis, mas o Governo do Partido Socialista tinha feito aquilo que era necessário para credibilizar as contas públicas. Mais uma vez, o objectivo era credibilizar o País, no sentido de alcançar os objectivos com que se comprometera e poder perspectivar um futuro melhor. De acordo com o senhor Deputado, a perspectiva da CDU era outra, mas a do PS não era e por isso votaria contra a Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que a crise que o País estava a viver tinha o cunho do Partido Socialista, pelas políticas que este tinha vindo a desenvolver. Portanto, a situação teria sido criada pelo Partido Socialista. De acordo com o senhor Deputado, o PS tinha apresentado com um conjunto de medidas que afectavam os mesmos, ou seja, aqueles que estavam sempre a pagar a crise. Afectava também os Municípios a meio do ano. A meio do ano, os Municípios tinham ficado a saber que os seus orçamentos tinham que ser rectificadas, ficando com menos verba para desenvolver a sua actividade. O já afectado poder de compra das populações iria muito provavelmente criar ainda mais problemas ao desenvolvimento da economia e à resolução dos problemas que diziam querer resolver. Entretanto, na opinião do senhor Deputado, aqueles que sempre ganhavam eram aqueles que continuavam a ganhar. Depois havia aqueles que tinham de apertar o cinto e que até iam às Câmaras e Juntas de Freguesia pedir o almoço porque já não tinham nada no tacho. Havia portanto, segundo o senhor Deputado, outras medidas e outras formas de ultrapassar a crise que todos estavam a viver.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Pedro Mendonça Vieira (BE)**, referindo que o BE iria votar favoravelmente a Moção da CDU porque considerava que esta fé cega no mercado, que era uma utopia, tinha sido exactamente a mesma fé que tinha levado a esta crise. O problema não era efectivamente só do PS. Era também do PSD e de todas estas políticas liberais que tinham grassado por toda a

União Europeia. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, obviamente que não poderia concordar que fossem os mais pobres a pagar aquilo que os mais ricos tinham provocado.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, começando por dizer que o senhor Deputado do PS, de Coruche, tinha referido que Coruche iria votar contra. Mas provavelmente o que queria dizer era que o PS de Coruche iria votar contra. Isto porque a bancada da CDU de Coruche não iria votar contra. Para além disso, a senhora Deputada pediu desculpa em nome da CDU pela falta de criatividade na Moção apresentada, mas devia dizer que perante a falta de criatividade do PEC, que ia buscar as velhas receitas conhecidas ao longo da História, que faziam pagar sempre aos mais fracos os erros dos poderosos e potentes, de facto também não havia resposta criativa. Havia a resposta de sempre perante as receitas de sempre. A senhora Deputada prosseguiu dizendo que esta não era nenhuma utopia, porque nem aqueles que aprovaram as medidas acreditavam que elas fossem uma resolução para a crise. Faziam-no porque era a resolução para alguns e para reforçar o poder de alguns. Para terminar, referiu que os Municípios portugueses iriam ficar abalados com as medidas apresentadas. E a CDU estava convicta de que se fosse ano de eleições, o PEC e as propostas para os Municípios não teriam sido apresentados. Mas, estando-se a três anos de um acto eleitoral nas autarquias, aparecia esta proposta. Teriam três anos para a fazer esquecer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, referindo que as medidas do PEC eram as possíveis. Quando se dizia que havia outro modo de ir buscar dinheiro, o senhor Deputado disse não saber onde. Salientou a dimensão moral da CDU a defender as pequenas e médias empresas e depois, na Assembleia da República, a mesma CDU tinha votado favoravelmente a terceira travessia do Tejo, o TGV, sugando o pouco crédito que o banco ainda tinha para dar às pequenas empresas. Tirando isso, segundo o senhor Deputado, a velha receita da CDU era sempre a mesma. Era a multiplicação dos pães. Mas nunca explicavam como

conseguiam multiplicá-los.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, dizendo que era a primeira vez que estava neste órgão, vendo-o como representativo dos Municípios que todos os senhores Deputados serviam. Referiu que era independente, não alimentaria discussões político-partidárias, mas sobre a Moção frisou que o que existia ali era é uma alteração das regras a meio do jogo. Numa altura em que os Municípios se preparavam para pagar o subsídio de férias aos seus colaboradores, tinham uma série de compromissos assumidos, tinham planos de actuação aprovados, viam-se mais uma vez sem verbas significativas, o que comprometia o trabalho que estavam a fazer. E aquilo que estavam a fazer, em muitos casos, era substituir já a Administração Central. Deu o exemplo do Município de Benavente, onde se gastavam 10 mil euros por mês a pagar refeições a famílias que até há um ano atrás tinham uma boa condição de vida e que agora não conseguiam ter uma refeição quente por dia, se não fosse a Câmara Municipal de Benavente e o dinheiro dos impostos de todos a pagar. O Município de Benavente pagava também renda de casa de 120 agregados familiares. Lembrou ainda que algumas dessas pessoas já tinham vivido em vivendas e que agora estavam numa situação de completa miséria. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que este PEC vinha também retirar condições salariais aos funcionários das autarquias, bem como motivação. Uma série de obras iriam ficar comprometidas, uma série de pequenas empresas iriam ficar mais tempo à espera para receber das Câmaras Municipais, consequência da asfixia financeira em que os Municípios estavam. O senhor Deputado questionou onde é que se podia ir buscar dinheiro e cortar despesa? Certamente na Administração Central. Deu então alguns exemplos. Dirigindo-se ao senhor Deputado Nuno Antão referiu que poderiam ser cortadas despesas no Governo Civil do Distrito de Santarém. Lembrou uma cerimónia recente nas instalações do Governo Civil, onde tinha estado presente o senhor Ministro da Administração Interna. Disse ter reparado num conjunto de viaturas do Governo Civil

do Distrito de Santarém nessa cerimónia. Todas essas viaturas eram melhores do que a de qualquer Presidente de Câmara da Lezíria. Portanto, havia efectivamente muitos locais onde se poderia diminuir a despesa. Para além disto, tinha ouvido falar muito pouco na tentativa de alcançar mais receita. Na opinião do senhor Deputado, a região tinha desperdiçado algumas oportunidades. Assim, referiu que gostaria que a CIMLT pudesse enquadrar a oportunidade de tentar encontrar algumas formas de atrair investimentos para a região. Disse que poder-se-ia dar muito de oferta ao tecido empresarial, tendo a Lezíria uma condição geoestratégica favorável, uma atractividade acima da média e podendo beneficiar da crise que atravessavam outras zonas do País, para tentar deslocalizar para a Lezíria empresas que eram importantes e que podiam promover o emprego e o desenvolvimento económico.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, afirmando que também sabia de História nacional e mundial e que tínhamos um País pobre em que mais de 60% da população vivia de apoios do Estado. Prosseguiu dizendo que vivíamos num mercado aberto, numa globalização. Lembrou que a Inglaterra, a Itália, a França, a Alemanha e a própria Espanha tinham défices orçamentais superiores ao de Portugal. Assim, Portugal tinha que repartir a responsabilidade. Disse ainda ter ficado satisfeito por saber que a Câmara de Benavente tinha apoiado as pessoas em habitação e alimentação, tal como todos os outros Municípios faziam. Frisou que teríamos que ser coesos e solidários uns com os outros e lembrou que também o Governo, há dois anos a esta parte, tinha apoiado mais de 40 mil pequenas empresas. Na opinião do senhor deputado, o Governo não tinha aumentado os impostos por querer aumentar. Por outro lado, via da parte da CDU alguma incoerência quando era contra cortar um pouco nas autarquias e aumentar o IVA e IRC, mas era a favor das obras do TGV na Assembleia da República. Tinha portanto uma posição aqui, outra acolá. O senhor Deputado disse que iria votar contra a Moção da CDU porque a CDU não era um Partido que queria construir, não queria fazer um caminho conjunto. De acordo com o senhor Deputado, era necessário fazer um esforço nacional, tendo os

sacrifícios que ser repartidos pelo governo central, pelas autarquias, pelas famílias, pelos empresários.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, mencionando que estávamos a atravessar um período muito preocupante da nossa Sociedade e da nossa História. Disse concordar com o senhor Deputado António Vieira, do Bloco de Esquerda, adiantando que o que se passava era uma fé absurda no mercado. Citando uma publicação norte-americana, do ano de 2007 para 2009, havia mais 11% de multimilionários. Queria dizer que a crise era para alguns, mas não era para todos. E isto tinha a ver com os mercados. Segundo o senhor Deputado, não valia a pena fazer demagogia com situações óbvias. Se importávamos 80% daquilo que consumíamos, este era um problema económico. Não era um problema ideológico. O que fazer para ultrapassar esta questão? Segundo o senhor Deputado, os empresários portugueses teriam que produzir mais. Tratava-se de uma questão ancestral, que tinha a ver com a estruturação da economia do Século XIX. E o que fazer agora? Na opinião do senhor Deputado, as políticas seguidas não tinham sido no sentido de incrementar a produção. Tinham sido no sentido de permitir tudo e mais alguma coisa. Para sermos os melhores alunos da União Europeia tinha sido permitido tudo e mais alguma coisa, acabou-se com as pescas e praticamente tinha-se liquidado a agricultura. Tudo isto a troco de alguns subsídios. Segundo o senhor Deputado, não protegemos a economia nacional e fomos mais papistas que o Papa. Este problema já vinha de há 20 ou 30 anos atrás. Não era de agora.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, lembrando que, no sentido de se respeitar o poder autárquico eleito, tinha sido eleito para a Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos e essa Assembleia o tinha eleito para fazer parte da Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Era nessa função que gostaria de ser tratado. Não admitia ser tratado de outra forma, fosse qual for a discussão. Prosseguiu referindo que, ao contrário do que parecia, obviamente que o Partido Socialista respeitava a posição do Partido Comunista e da CDU. Não

concordava com ela, mas respeitava e estava disponível para debatê-la. Obviamente havia um sacrifício que era pedido a todos e o complexo ideológico da CDU para com a banca e os ricos toldava-lhes sempre as propostas. Mas o objectivo, quando se gere a coisa pública, é acabar com as situações de pobreza e miséria, e não com as situações de riqueza. Mas este era um princípio que, de acordo com o senhor Deputado, já há muitos anos estava invertido na CDU. Parecia que a necessidade era de acabar com os ricos e não com os pobres. Sugeriu entretanto, se a Assembleia Intermunicipal estivesse disponível, que fosse marcada uma reunião para discutir os impactos das medidas do PEC nas autarquias da Lezíria e em toda a região. Prosseguiu dizendo que parecia que a crise e os impactos da crise só se faziam sentir em Portugal e todos eles eram responsabilidade do PS. Terminou a sua intervenção, pedindo desculpa ao mundo pela crise mundial, porque efectivamente o PS era responsável por ela.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, esclarecendo que o PSD tinha viabilizado o PEC e não se revia na totalidade do PEC porque as medidas da parte da receita eram as mais visíveis. Por parte da despesa disse querer ainda ver se o PS tinha coragem de ir no mesmo sentido. Até ao final do ano, o PS tinha que recuperar mil e cem mil milhões de euros do lado da despesa. Disse esperar para ver por onde ia começar porque até à data ainda não tinha visto nada. O senhor Deputado disse também não concordar completamente com as opiniões que diziam que a crise era mundial. A crise era estrutural e era do PS nos últimos anos. De acordo com o senhor Deputado, o PS tinha ignorado os avisos que vinham sendo feitos desde 2003-2004. O senhor Presidente da República também já tinha vindo a avisar e se as medidas tivessem sido tomadas quando o Presidente da República avisou a primeira vez, se calhar tinham doído menos e eram mais efectivas estas medidas, porque não haveria o castigo dos mercados. O senhor Deputado lembrou que só em dívida pública em spreads mais altos que Portugal estava a pagar de emissão deste ano já ia com quase 300 milhões de euros só em

juros a mais, relativamente às emissões do ano passado. Portanto, se Portugal tivesse actuado na altura em que houve o aviso do senhor Presidente da República se calhar não estaria numa situação tão grave como estava actualmente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira (PS)**, dizendo que parecia que as pessoas não queriam ouvir nem ver. Lembrou que poucas foram as grandes referências da teoria económica que conseguiram antever a situação por que estavam a passar actualmente. Dizer que a situação por que se estava a passar era originada pelo PS parecia em bocado abusivo e um pouco de mau tom. O senhor Deputado prosseguiu afirmando que era inacreditável quando a senhora Deputada Manuela Cunha referia que as medidas do PEC só eram aprovadas porque estávamos a três anos dos actos eleitorais. Como é que era possível dizer umas coisas destas quando se sabia que Portugal tinha sido quase obrigado a assumir um compromisso para com a União Europeia. Prosseguiu lembrando que se assistia inclusive a outros países da UE a tomarem também medidas importantíssimas e cortes gravíssimos. Portanto, a afirmação da senhora Deputada era quase ridícula. No que dizia respeito aos Municípios, referiu que tínhamos que repartir a responsabilidade pelos vários organismos a nível central e local, e perceber que o contexto social e económico alterou significativamente. Na opinião do senhor Deputado, era claro que aqueles Municípios que estavam mais endividados ou que gastaram acima das suas possibilidades naturalmente que iriam ter dificuldades acrescidas. Portanto, perante os cortes, aqueles que já estavam acima das suas capacidades iriam sofrer mais com esses cortes. Mas cada qual faria a gestão como conseguia e sabia. Por último, o senhor Deputado disse achar muito curioso o discurso da CDU, que era sempre o discurso dos coitadinhos e dos pobrezinhos, no sentido de ajudar as pessoas mais carenciadas. Disse que era óbvio que todos se preocupavam com as pessoas mais carenciadas e todos eram sensíveis aos problemas dessas pessoas. Assim, sugeriu que durante a Festa do Avante se revelassem os valores que eram apurados com essa festa, sendo importante que os entregassem a

instituições de caridade. Seria um sinal de grandeza por parte da CDU.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, referindo que a CDU não desprezava os pobres e por isso não pretendia resolver a pobreza através da caridade. Lembrou que Portugal tinha 20% da sua população no limiar da pobreza e 23% das suas crianças. Era dos números mais elevados dos países da União Europeia. Referiu também que recentes estudos universitários prestigiados, e que não eram da CDU, demonstravam que em Portugal as desigualdades aumentaram e não directamente pelo aumento da pobreza, mas pelo aumento e crescimento da riqueza de alguns. Para que um lado se pudesse encher, o outro lado despejava. Quanto ao TGV, frisou que não era um comboio urbano que iria parar em todas as Câmaras da CDU até à fronteira. Para além disso, salientou que nunca tinha visto o PS zangar-se com a CDU por esta ter aprovado uma proposta sua. Era inédito. Para terminar, disse estar convicta de que a CDU não tinha apresentado nenhum PEC em Coruche. Tinha apresentado, sim, propostas para uma boa gestão dos dinheiros públicos. E isso seria sempre uma preocupação da gestão da CDU em todos os órgãos onde estava. Nas autarquias locais, a CDU orgulhava-se com o património comprovado que tinha nessa boa gestão dos dinheiros públicos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, respondendo ao Bloco de Esquerda, que tinha acusado o PSD de também estar envolvido nesta derrapagem. Referiu que o Bloco de Esquerda, em 1975, não existia e nunca tinha sido Governo nem nunca será.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, dizendo que o Partido Socialista não se parecia nem com quem estava à sua direita na sala, nem com quem estava à sua esquerda. O Partido da direita parecia ser sócio no PEC, mas na tentativa de restabelecer as finanças públicas e diminuir o endividamento do Estado e das famílias portuguesas. No entanto, na opinião do senhor Deputado, estavam sobretudo interessados em cozinhar em lume brando o PS, porque preocupavam-se muito com o que se passava com as receitas, mas pouco

com o que se passava com as despesas. Segundo o senhor Deputado, a vontade do Partido à direita era com certeza cortar no estado social e que o PS não tivesse feito a reforma da Segurança Social, ou que porventura não continuasse a assegurar a todos os portugueses um Serviço Nacional de Saúde universalista e tendencialmente gratuito. O PS, ao contrário do Partido à direita, estava efectivamente muito preocupado, porque aquilo que se tinha conseguido até à data tinha tendência a perder-se gradualmente se não se conseguisse equilibrar as finanças públicas e diminuir o endividamento do Estado. Em relação ao Partido à esquerda, segundo o senhor Deputado continuava a ter como única preocupação a questão do estado social, esquecendo-se que não era possível distribuir quando não havia. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, primeiro que tudo tinha que efectivamente criar-se riqueza e contribuir para equilibrar as contas do Estado. E depois então tentar-se-ia salvar os anéis e os dedos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, referindo que quando tinha falado no Governo Civil do Distrito de Santarém não tinha sido de modo algum para tentar atingir o senhor Deputado Nuno Antão, que efectivamente prezava e que desempenhava cabalmente as suas funções. Portanto, não tinha sido essa a intenção. No entanto, o senhor Deputado voltou a dizer que todos concordariam que o Governo Civil era um dos locais onde se poderiam encurtar despesas, da mesma forma que o era a Assembleia da República, bem como algumas Câmaras onde continuavam a haver gastos supérfluos e efectivamente as preocupações sociais eram mais acentuadas nuns Municípios do que noutros. Continuavam a fazer-se muitas festas e ao mesmo a haver gente que não tinha as mínimas condições de sobrevivência. Portanto, esta era uma questão de sensibilidade, de preocupação, de estar atento e de elaborar prioridades. Quanto à questão de tratar as bancadas como Partidos, o senhor Deputado disse não lhe agradar. Afirmou que não era de nenhum Partido, era independente, estava na lista da CDU, mas não pagava quotas ao Partido Comunista Português nem tinha nenhuma

relação com o PCP e teria que ser respeitado nessa sua condição de cidadão independente, com direito a ter opinião e com direito a ter participação tão legítima quanto os senhores que eram militantes dos Partidos que representavam na Assembleia Intermunicipal. Assim, pediu aos senhores Deputados que em termos de futuro não tratassem as bancadas como Partidos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, dizendo que tinha havido desonestidade política da parte do PS com a última intervenção que tinha tido, ao dizer que o PSD tinha a atitude que tinha porque estaria a queimar o PS, ao viabilizar o PEC. O senhor Deputado prosseguiu afirmando que lhe tinha custado muito ver uma liderança recém-eleita do PSD ter que dar a mão ao PS em medidas como estas. No entanto, teve de certa forma que acalmar o seu sentimento em nome do interesse nacional, porque tinha sido isso que tinha levado o PSD a tomar a posição que tomou. Mas o PSD fez mais, de acordo com o senhor Deputado. O PSD exigiu que o PS fizesse aquilo que nunca tinha feito até agora, ou seja, reduzisse a despesa corrente. Relativamente à penúltima intervenção do PS, respondeu dizendo que a crise tinha começado com o senhor Engenheiro Guterres. O senhor Engenheiro Guterres tinha fugido do País a dizer que este País estava a entrar no pântano. Lembrou ainda que Dr. Medina Carreira, que era militante do PS, e que terá entregado o cartão do Partido em absoluta discordância, alertando já nessa altura para as consequências que iriam ocorrer a nível financeiro para o País derivado das políticas do Engenheiro Guterres, tinha vindo exaustivamente falar nessa situação e tinha toda a razão. Também a Dra. Manuela Ferreira Leite, prosseguiu, no ano anterior tinha alertado para a situação para a qual o País estava a descambar em termos financeiros. O PS dizia que estava tudo bem e quando foi eleito é que reconheceu que estava tudo mal. O senhor Deputado voltou a dizer que o PSD tinha viabilizado o PEC, pondo como condição que houvesse uma diminuição efectiva da despesa corrente, coisa que o PS nunca quis fazer. Agora vir o PS dizer desonestamente que o PSD queria queimá-lo... O senhor Deputado referiu

que se fosse por ele queimava-se mesmo, porque o PS iria ter que responder na boca das urnas àquilo que fez. No entanto, naquele momento o interesse nacional prevalecia. Mas o PS teria que responder. Porque o PS que enchia a boca com o povo, no fundo estava a tramar o próprio povo. Portanto iria responder perante o povo, face às medidas que estava a tomar. O senhor Deputado prosseguiu dando outro exemplo da má gestão do PS, que era o encerramento das escolas. O PS era a favor da desertificação do País. O PS vinha dizer que as escolas tinham que ser encerradas no interior, em nome de um melhor ensino. Mas, segundo o senhor Deputado, estavam a ser encerradas em nome de critérios economicistas. O PS apregoava uma coisa e fazia outra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, convidando, em primeiro lugar, o colega da Assembleia que evocou a Festa do Avante para ir à Festa do Avante e ver com os seus olhos. É que não havia mesmo festa como esta. Disse que iria estar à porta, pagava do seu bolso e entregava-lhe o bilhete. Em relação ao Município de Benavente, lembrou que foram cerca de 200 mil euros que foram cortados das transferências que estavam previstas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Mesa Ad-hoc, António José Rodrigues (CDU)**, fazendo dois esclarecimentos a duas questões que tinham sido levantadas. Uma das questões tinha a ver com o conciliar a data da Assembleia Intermunicipal com as datas das Assembleias Municipais, não havendo convergência de datas. Este assunto já tinha sido tratado no mandato anterior e já aí se tinha chegado à conclusão que deveria ser feito um esforço no sentido de conciliar então as datas. Iria, assim, colocar o assunto à senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal. Sugeriu, no entanto, o seguinte: em meses que coincidissem Assembleias Intermunicipais com Assembleias Municipais, que as Assembleias Municipais fizessem sessões antes do último dia do mês, para que a Assembleia Intermunicipal pudesse utilizar este dia. Em relação aos Votos de Pesar, referiu estar previsto no artigo 39, nº1, alínea e), do Regimento da Assembleia Intermunicipal da

CIMLT que os mesmos seriam analisados e votados dentro do Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Submetida à votação a Moção sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC, a mesma foi **REJEITADA** com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 26 (PS e PSD);-----

--- Votos a favor: 11 (CDU, BE e MICA).-----

-----  
--- **ORDEM DO DIA.**-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia: Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, referindo que tinha sido distribuída aos senhores Deputados informação escrita relativamente à actividade da CIMLT durante o segundo trimestre. Realçou um primeiro ponto, que dizia respeito à maratona que a CIMLT tem tido com o INALENTEJO, no que dizia respeito à apresentação das candidaturas e à sua agilização nos termos do acordo firmado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, no sentido de proceder a essa agilização de candidaturas e também a um incremento até 80% da percentagem comparticipada por fundos comunitários. De qualquer forma, de acordo com o senhor Vice-Presidente, que essa agilização pretendida, por questões de ordem burocrática, ainda não tinha dado os frutos que todos estavam à espera que desse. O senhor Vice-Presidente disse esperar que o mais breve possível se pudesse dar cumprimento a essa intenção de agilização, que era desejo de todos. O senhor Vice-Presidente referiu que esta questão tem consumido em grande parte quer a actividade do Conselho Executivo, quer a actividade dos serviços técnicos da CIMLT. Um segundo aspecto que o senhor Vice-Presidente realçou foram os trabalhos que a CIMLT tem vindo a desenvolver no âmbito da criação de uma estrutura da maior importância para a Lezíria, sendo ela a constituição da primeira Sociedade de

Reabilitação Urbana de carácter intermunicipal. Referiu que apesar de o trabalho ter sido muito intenso nessa matéria ainda não tinha sido possível chegar a vias de facto no que se referia a essa Sociedade. No entanto, era uma das prioridades da CIMLT para os próximos meses.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, lembrando que numa Assembleia Intermunicipal anterior tinham apresentado uma recomendação que tinha sido aprovada por unanimidade em relação à construção das infra-estruturas e acessibilidades, sobre o IC3, IC10 e IC13, e via que constava do Relatório de Actividades uma reunião sobre essa matéria. Já na altura foi mencionada a eventual suspensão do IC3, devido à tão falada crise económica. No entanto, foi posição unânime nessa Assembleia que as forças políticas representadas entendiam que essas infra-estruturas eram demasiado importantes e deviam ser consideradas prioritárias, tendo em conta as acessibilidades, o transporte de resíduos. As infra-estruturas prestariam serviço ao País e como tal deviam ser consideradas prioritárias. Lembrou que a recomendação tinha sido feita ao Conselho Executivo nesse sentido: fazer pressão junto das entidades governamentais para que a vontade da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, em defesa deste objectivo, fosse por diante. Assim, o senhor Deputado quis saber o que se passou na reunião sobre esta matéria, referida no Relatório de Actividades, em que também estiveram presentes Deputados do PSD. Quis saber se houve algumas novidades nesta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, referindo que no que dizia respeito a esta matéria, a CIMLT não tinha qualquer poder decisório. Poderia ter quando muito capacidade reivindicativa e capacidade de tentar influenciar os órgãos governamentais. Lembrou que isso tinha sido feito. Tinha havido uma reunião com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, em que tinha sido manifestada a necessidade imperiosa de avançar com esses ICs. Tinha havido também uma reunião com os senhores Deputados do PSD, em que este assunto tinha sido abordado. Para

além disto e para além dos diversos fóruns onde tinha participado a CIMLT e os Presidentes dos Municípios, todos tinham de facto tentado exercer essa pressão reivindicativa, mas infelizmente até à data sem qualquer espécie de resultados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, lembrando na última sessão da Assembleia Intermunicipal também tinha referido o tema do IC3. Lamentou o atraso permanente e recorrente na execução desta obra e verificou que pouco tempo depois desta Assembleia os senhores Deputados do Partido Socialista, segundo tinha sido noticiado por um semanário regional, tinham estado em visita e nomeadamente tinham contactado o Concelho da Chamusca e manifestaram-se a favor da necessidade da implementação desta obra. Mas depois, por outro lado, mostraram-se solidários com o Governo relativamente à suspensão da concessão. O senhor Deputado lembrou que os senhores Deputados do PS não tinham incentivado a suspensão de obras megalómanas, como era o caso do TGV, mas eram solidários com a suspensão da construção do IC3. Santarém tratava-se de um Concelho indirectamente interessado, uma vez que teria uma ligação directa a esta via que será estruturante quando for construída. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que seria altura dos Concelhos directamente interessados na construção desta obra, que estava prevista há muitos anos, tivessem algum tipo de atitude mais forte no sentido de mostrarem que as populações querem a construção da obra e no sentido também de fazerem perceber ao Governo que esta não é uma obra desnecessária, nem um capricho. É uma necessidade premente para o desenvolvimento económico destes Concelhos. No que toca à SRU e às reuniões havidas no dia 23 de Abril e 11 de Maio com entidades ligadas às Finanças, na obtenção de matrizes prediais e de mecanismos de manuseamento dessas matrizes, o senhor Deputado questionou se esses factos tinham a ver com algum plano estruturado e faseado, preparatório da constituição da SRU. Pediu ao Conselho Executivo que desse à Assembleia Intermunicipal conhecimento de quais eram as fases que se iriam seguir. Questionou se haveria algum documento escrito, alguma

planificação concreta de todas estas fases preparatórias e quais seriam os timings até se chegar à SRU. Considerou que seria também uma entidade que provavelmente iria potenciar algum tipo de dinamismo económico, nomeadamente na reabilitação dos centros históricos, porque iria potenciar uma actividade na área da construção que estava completamente paralisada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, referindo que a CIMLT tinha um planeamento e timings que diziam respeito a um processo que culminaria com a constituição da SRU Intermunicipal. Só a partir dessa constituição é que poderiam dotá-la com os quadros técnicos necessários para executar as diversas fases. No entanto, explicou que os próprios técnicos da CIMLT tinham já começado a desenvolver um trabalho preparatório ao trabalho que a SRU teria que fazer, no sentido de identificar as matrizes. O senhor Vice-Presidente adiantou que a SRU estava constituída formalmente, mas apenas com os Municípios de Coruche e Santarém, pelo facto de serem os únicos com o centro histórico já publicado, sendo esta condição fundamental para a constituição da SRU. No entanto, já existia um protocolo aprovado em âmbito de Câmara e Assembleia Municipal de que os restantes Municípios, à medida que tivessem as suas áreas de intervenção publicadas, fossem automaticamente aderindo a esse processo. Lembrou que tinha havido no fim do ano de 2009 alteração legislativa a toda esta situação e todo o processo teve que ser refeito e teria que ser novamente analisado e aprovado em termos de Câmara e Assembleia Municipal, no sentido de se constituir efectivamente essa adesão à SRU. O senhor Vice-Presidente propôs que fosse o senhor Secretário Executivo a complementar esta informação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que naquele momento as antigas ACCRUS estavam elaboradas e tinham ido a todas as Assembleias Municipais. Depois tinha havido uma alteração legislativa e as ACCRUS tiveram que passar a ARUS, estando todas

delimitadas. No actual momento, a CIMLT já tinha consultado os restantes nove Municípios associados para que indicassem a forma de subscrição do capital social: uma parte seria em espécie e outra parte em dinheiro. Também no momento actual estava um Revisor Oficial de Contas a fazer a avaliação dos referidos imóveis de vários Municípios, para que às seguintes Assembleias Municipais dos restantes Municípios pudesse ir a nova delimitação da ARU, bem como o capital a subscrever, com o relatório do ROC e o Estudo de Viabilidade actualizado. Entretanto, o senhor Secretário Executivo explicou que a CIMLT tinha tido reuniões com as Finanças e tinha conseguido obter uma base de dados de todas as matrizes prediais, cujas Finanças cobram IMI. Naquele momento, o trabalho que estava a ser feito pelos técnicos da CIMLT era, com base na base de dados das Finanças, e tendo a CIMLT georeferenciados todos os prédios que constam da ARU, identificar o prédio por número de polícia e por morada. Depois de estar identificado o prédio e o número de polícia, a CIMLT iria novamente com a base de dados às Finanças para eles fornecerem o nome do proprietário. O senhor Secretário Executivo afirmou ainda que quando os restantes Municípios entrassem na SRU, o passo seguinte seria a elaboração de planos estratégicos para cada uma das áreas de reabilitação urbana, planos esses que tinham que ter levantados todos os edifícios com os proprietários. Depois, sabendo quem eram os proprietários, teriam que ter uma ficha por edifício, entrar dentro do edifício, ver quais as obras necessárias realizar, com todo o orçamento inerente a todos esses trabalhos. O plano estratégico terá de ser depois aprovado, onde constarão as obras a executar e o orçamento previsto, para se encontrar depois a melhor forma de poder encetar a reabilitação dos mesmos, recorrendo aos programas do IRU (Instituto de Reabilitação Urbana) para financiamento de particulares ou eventualmente parcerias público-privadas que possam aparecer nesta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, questionando, relativamente ao encaminhamento para as Assembleias Municipais

dessa situação para que os Municípios adiram à SRU, quando é que se previa que tal pudesse ocorrer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, referindo que todos os trabalhos preparatórios estavam concluídos. Assim, julgava que depois de resolvidas as alterações que alguns Municípios pretendiam fazer estariam reunidas as condições para que nas Assembleias Municipais de Setembro todos estes processos fossem devidamente aprovados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, afirmando que a SRU era um bom exemplo, em tempo de crise, para fomentar o desenvolvimento da economia local, recuperar o património degradado, dar emprego às pequenas empresas de construção local e promover assim o desenvolvimento da economia com o pequeno comércio que fornece esse tipo de materiais. Segundo o senhor Deputado, este projecto que deveria ser acarinhado por todos e os Municípios deveriam tentar dar a maior celeridade possível, para que se pudesse proceder. Considerou que era um dos projectos estratégicos neste mandato, para os Municípios que integravam a CIMLT. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor Deputado questionou também o senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo sobre a Carta Social da Lezíria do Tejo. Quis saber qual o ponto de situação quer do projecto, quer da candidatura apresentada no âmbito do QREN. Ainda sobre esta matéria avançou com uma sugestão, que tinha a ver com o movimento associativo. Referiu que o movimento associativo na região passava por momentos de grande dificuldade, que tinham a ver com a crise económica, mas também com a crise de valores, das pessoas estarem cada vez mais egoístas, de pensarem cada vez mais em si próprias. Havia cada vez mais dificuldade em encontrar dirigentes associativos e, por outro lado, as associações, colectividades e projectos de voluntariado eram muitas vezes tratados pelos organismos oficiais como empresas. Havia já casos de pessoas com património hipotecado só porque em determinada

altura tinham servido uma causa, uma colectividade ou associação. Nesse sentido, e pesasse embora o facto do esforço que alguns Municípios estavam a fazer no sentido de criar gabinetes de apoio ao movimento associativo e de ajudar os dirigentes associativos a ganharem coragem para continuarem os seus projectos, o senhor Deputado considerou que poderia ter também lugar na CIMLT a elaboração de um diagnóstico do movimento associativo dos Municípios da Lezíria. Poderia ser elaborada uma Carta em que se pudessem tomar algumas medidas, nomeadamente no aproveitamento de oportunidades que existiam no QREN, para desenvolvimento de projectos no âmbito associativo e projectos de voluntariado, medidas no apoio à formação de dirigentes associativos, no apoio técnico, apoio jurídico, fiscal e contabilístico. O senhor Deputado explicou que muitas vezes quem dirigia as colectividades cometia erros que poderiam levar à hipoteca de património pessoal, estando a cometer esses erros uma forma inocente e por mero desconhecimento daquilo que eram de facto as exigências legais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, dizendo que, relativamente à primeira questão, o Conselho Executivo tinha decidido avançar com a Carta Social da Lezíria, o trabalho estava praticamente concluído e o que estava a acontecer naquele momento era a análise e a discussão do trabalho executado com cada um dos Municípios que integravam a CIMLT. Portanto, estava-se numa fase final de apreciação desse trabalho da Carta Social. À semelhança do que já tinha acontecido por exemplo com as Cartas Educativas, de acordo com o senhor Vice-Presidente, ganhou-se muito quer em termos de economias de escala, quer em termos de coerência regional, devido ao facto do trabalho ter sido efectuado em conjunto com os onze Municípios, na vez de cada Município o fazer separadamente. Relativamente à sugestão efectuada pelo senhor Deputado, o senhor Vice-Presidente considerou ser uma boa sugestão e que se inseria nesta estratégia de ter alguma coerência regional, também no que dizia respeito a essa matéria do associativismo. No entanto, existiam

matizes relativamente diferentes em relação quer à Carta Social, quer à Carta Educativa, porque se tratava de uma intervenção efectiva sobre a sociedade civil e não propriamente em atribuições que eram da exclusiva responsabilidade das autarquias locais. Portanto, nessa perspectiva, a CIMLT teria que avançar com mais cuidado. O senhor Vice-Presidente deu o exemplo do Município de Azambuja, que tinha um gabinete de apoio às colectividades do Concelho, organizava já cursos para treinadores, para dirigentes associativos, dava apoio às candidaturas nomeadamente de instituições de solidariedade social, mas esbarrava sempre com algum excesso de autonomia que encontrava por parte dessas mesmas instituições. Assim, considerava ser uma boa sugestão, mas tinha que ser maturada para depois avançar sem tropeçar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, lembrando um conjunto de temáticas ligadas a Sistemas de Informação Geográfica e georeferenciação, que já tinham sido abordadas, e efectuando uma proposta no âmbito do Projecto Ribatejo Digital. Já que a CIMLT tinha georeferenciado todo o espaço da Lezíria, sugeriu a inserção nesta base de dados informação relativa à conservação das infra-estruturas viárias. O senhor Deputado lembrou que este era um património que necessitava de conservação corrente e que em termos orçamentais dos Municípios tinha alguma relevância e que necessitava de intervenções que deveriam ser coordenadas. Isto é, segundo o senhor Deputado, poderemos olhar para o nosso Concelho e poderemos ter uma aplicação que nos forneça datas de intervenção e cronologia, podendo até definir uma escala de cores para a antiguidade da intervenção nas infra-estruturas rodoviárias, permitir-nos-ia ter uma visão do estado de conservação das mesmas e saber quais seriam as mais prioritárias. Permitiria ainda fazer um cadastro e um catalogar de todo o equipamento rodoviário afecto – sinalização vertical e horizontal, passagens hidráulicas que fossem da competência da Câmara Municipal – e também disponibilizar nos sites dos Municípios um ponto onde o munícipe pudesse inserir ele

mesmo informação e participar ocorrências do que se passava em termos de infra-estruturas viárias, uma vez que são os munícipes os principais lesados e os principais utilizadores das mesmas. Na opinião do senhor Deputado, o Projecto Ribatejo Digital poderia então utilizar os munícipes como informadores privilegiados, reportando estes directamente para o site, e poderia mesmo ser desenvolvido um mecanismo em que quem está a fazer a gestão por parte do Município pudesse recolher mais informação, catalogar os equipamentos que fazem parte da infra-estrutura viária e assim também poder acrescentar o património do Município, que nem sempre é devidamente contabilizado. Para além disto, o senhor Deputado lembrou que na última Assembleia Intermunicipal o grupo do PSD tinha sugerido que no tronco comum que estava a ser elaborado para o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação pudesse ser criado um Guia do Múncipe. Era no fundo a tradução para uma linguagem mais acessível e amigável do munícipe aquilo que estava plasmado na Lei, ou seja, no fundo um folheto feito pelos técnicos da Câmara onde se faria um resumo de todos os procedimentos existentes. Com a recente entrada em vigor do Decreto-Lei 26, de 2010, que veio republicar e alterar a Lei 60, segundo o senhor Deputado esta seria a altura indicada para o fazer. Nesse sentido, quis saber que diligências tinham sido tomadas após esta recomendação da última Assembleia e saber da pertinência da proposta. Voltando ao Projecto Ribatejo Digital, frisou um ponto que falava de um módulo Protecção Civil. Quis também de sugerir, caso fosse possível, quando se falava na inserção de ocorrências, se estas ocorrências poderiam também recrutar a pontos negros de acidentes rodoviários do Concelho, para que, tendo este diagnóstico e a inserção destes dados, pudessem ser gerados um conjunto de dados que em sede própria definissem uma estratégia para combater este flagelo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, dizendo que já estava previsto no Ribatejo Digital o que o senhor Deputado tinha referido no que dizia respeito à

manutenção e ao estado de situação das estradas municipais, bem como à notificação de ocorrências deste tipo por parte dos munícipes. Havia portanto uma total coincidência relativamente à sugestão do senhor Deputado e aos trabalhos da CIMLT. No que dizia respeito à Protecção Civil, informou que havia no Governo Civil do Distrito de Santarém um sistema SIG relativamente a esse tipo de situações. Assim, era tudo uma questão de eventualmente poder transpor essa informação para os sites dos Municípios. Quanto ao Guia do munícipe, o senhor Vice-Presidente disse que seria uma sugestão que teria o acolhimento natural do Conselho Executivo, mas seria uma situação para encarar depois de estar definido o tronco comum do RJUE. Até porque a generalidade dos regulamentos municipais estavam nalguns casos em fase final de aprovação, face à atribuição legal que obrigou à revisão da generalidade dos regulamentos. Portanto, segundo o senhor Vice-Presidente, seria melhor deixar sedimentar essas situações e depois partir para uma explicação em linguagem corrente, a divulgar junto dos munícipes, dos procedimentos que deviam ter em função desses mesmos regulamentos municipais. Em suma, o senhor Vice-Presidente referiu que com certeza que acolhiam a recomendação, mas que viria o momento oportuno a breve prazo para a por em prática.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, agradecendo toda a explicação, mas adiantando que esta questão do Guia do Munícipe poderia correr separadamente das aprovações dos regulamentos municipais, uma vez que se tratava de um trabalho não tão denso como era um regulamento municipal. Isto porque para as pessoas que tinham aquele primeiro embate com o Município, toda aquela questão burocrática era digerida mais facilmente, fosse no espaço onde esperavam para ser atendidas fosse noutros meios, como a Internet, para depois concretizarem as coisas de forma mais técnica. Entendia, por isso, que esta era uma boa altura, uma vez que a nova Lei já tinha entrado em vigor.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha**

(CDU), chamando a atenção para uma questão no controlo orçamental da despesa. Já que se falava em défice e que se apelava a toda a gente a apertar o cinto, a senhora Deputada apelou a CIMLT a fazer o mesmo. Isto porque se fossem ver o grau de execução da receita, eles tinham cerca de 18,5%. Se fossem ver o grau de execução da despesa, eles tinham 22,5%. Isto é, 4 pontos percentuais a mais. Segundo a senhora Deputada, a CIMLT estava a meio do caminho e estava a gastar aquilo que ainda não tinha entrado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, dizendo que a questão não era tão linear assim. O facto de se ter 18% de receita e 22% de despesa não queria dizer que se tivesse um deficit de 4%. O caminho das receitas era independente do caminho das despesas. Num determinado momento conjuntural podia dizer-se que a percentagem de realização das despesas era superior à da receita, mas não queria dizer que no mês seguinte essa situação não se alterasse completamente. Nomeadamente até porque muitas das receitas tinham um carácter rotineiro, isto é, eram receitas todos os meses obrigatoriamente executadas. E as receitas, nomeadamente aquelas que advinham por exemplo de fundos comunitários, tinham um grau de flutuação muito maior do que aquelas que tinham um carácter rotineiro. Portanto, segundo o senhor Vice-Presidente, esse tipo de análise era demasiado simplificado para poder ser válido.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Manuel da Silva Moreira (PS)**, dizendo ser justo salientar a forma como o Relatório de Actividades estava apresentado, tendo seguido aquilo que tinha sido pedido nas outras reuniões. Tal tinha-lhe permitido ter um cabal conhecimento das actividades e poder apreciá-las. Para além disto, referiu que não tinha conseguido acompanhar muito bem as questões relativas às SRU. Logo, quis saber qual era a data que se previa que fosse constituída a Sociedade e o que faltava naquele momento fazer à CIMLT para que os Municípios pudessem apresentar as propostas nas Assembleias Municipais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, explicando que a SRU estava constituída desde Dezembro de 2009, apenas com os Municípios de Coruche e Santarém, e com o acordo de que à medida que fossem aprovadas nas Assembleias Municipais as respectivas Áreas de Reabilitação Urbana os restantes Municípios integrassem a Sociedade automaticamente. De acordo com o senhor Vice-Presidente, depois das Assembleias Municipais de Setembro talvez já fosse possível que a generalidade dos Municípios pudesse integrar a SRU. Assim, no final do ano a SRU poderia já estar em pleno funcionamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Mesa Ad-hoc da Assembleia Intermunicipal, Francisco José Velez Gaspar (PS)**, apresentando um requerimento do PS, requerendo que a presente sessão fosse prolongada por mais 45 minutos para conclusão dos trabalhos. O referido requerimento foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Votação de Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, fazendo primeiro o regozijo pelo trabalho que tinha sido desenvolvido pelo grupo que tinha feito a revisão do Regimento. Identificou apenas umas pequenas trocas de letras, de artigos definidos por indefinidos e tempo de conjugação dos verbos incorrectos, que iria referir a seguir. No artigo 14º, alínea i), diz “fazer constar da acta o seu voto vencido e as razões que o justifiquem” e deveria ser “fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem”. No artigo 18º, alínea f), diz “receber e encaminhar directamente todos os pedidos de informação e de esclarecimento destinados à Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal e serviços da Conselho Executivo” e deveria ser “receber e encaminhar directamente todos os pedidos de informação e de esclarecimento destinados ao Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal e serviços do Conselho Executivo”. No artigo 19º, na

alínea o), trocar também o artigo “à” por “ao”, no final da frase. O mesmo para a alínea p) do mesmo artigo, no início da frase. No artigo 43º, no ponto 4, deveria substituir-se o termo “informando” por “informado” no final da frase. No artigo 45º, no ponto 1, deveria retirar-se o termo “de”, quando se falava do Período Antes da Ordem do Dia, para haver concordância com o artigo 55º. No artigo 50º, no ponto 1, poder-se-ia iniciar a frase da seguinte forma: “O uso da palavra para...”.

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que o termo técnico no artigo 14º, alínea i), seria “voto vencido” e não “voto de vencido”. Portanto, o artigo estaria todo correcto.

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, agradecendo em nome dos membros da Comissão todos os contributos que pudessem melhorar a redacção do documento. Referiu que os membros da Comissão tinham reunido no mês de Abril e tinha bastado uma reunião para que se conseguisse chegar a um consenso. Todos os elementos apresentaram propostas, que foram postas em prática no documento. A senhora Deputada acrescentou ainda às correcções o seguinte: no artigo 66º - A, onde se lia “puder” deveria ler-se “poder”. Terminou explicando que o que se tentou também fazer foi integrar no texto do Regimento uma nova realidade que era a existência dos movimentos de cidadãos.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, mencionando os artigos 7º e 11º, e referindo que em relação à substituição dos membros da Assembleia Intermunicipal, no anterior mandato enquanto as listas eram eleitas a nível de cada Assembleia Municipal, os substitutos eram dentro das mesmas listas do conhecimento da Assembleia Intermunicipal e dentro dos seus serviços. Actualmente a situação não era esta. A eleição era feita dentro da Assembleia Municipal e só as Assembleias Municipais respectivas sabiam quem eram os membros eleitos e qual a sua ordem, para efeitos de substituição dos eleitos da Assembleia Intermunicipal. Isso poderia trazer algumas dificuldades de substituição em tempo útil. Por isso, considerou que estes artigos não estavam suficientemente explicitados, de forma

que estas substituições fossem funcionais em tempo útil. Sugeriu que o próprio Deputado que pedia a substituição referisse desde logo, sob sua declaração de honra, quem seria a pessoa que estava a seguir a si na lista, para ser substituído. Para além disto, no artigo 57º, no ponto 2, o senhor Deputado referiu que era dito que “nenhum membro da Assembleia presente poderá deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção”. Na sua óptica, isto era uma violação. (INAUDÍVEL) Deixou assim o reparo e sugeriu que estas questões fossem discutidas em próximas sessões.-

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que o artigo 39º, ponto 1, alínea e), não estava conforme aquilo que lhe parecia que vinha referido na acta da reunião da Comissão. Ou seja, deveria ler-se “Apresentação, apreciação ou votação”. Em relação às substituições, o senhor Deputado considerou que cada Deputado substituído tinha que manifestar essa intenção, mas não concordava com a sugestão de que fosse o membro da Assembleia que vai ser substituído a dizer que iria ser substituído por este ou aquele membro.----

--- Submetida à votação a Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal, com as devidas alterações propostas na presente sessão, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

-----  
--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2010.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, explicando que se trata da aplicação do saldo de gerência de 2009. Nos termos da Lei tinha que ser objecto de revisão orçamental. A aplicação constava dos documentos que tinham sido distribuídos.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**--

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Votação de Proposta de Ratificação de Procedimento de Contrato de Compra e Venda de Veículo.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, afirmando que esta era uma matéria onde até havia algumas dúvidas sobre a necessidade em vir à Assembleia Intermunicipal. Mas por via das dúvidas tinha-se trazido este assunto. Explicou que a venda da viatura da CIMLT tinha sido efectuada de acordo com as normas legais em vigor.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, referindo que na acta que tinha sido enviada sobre este processo dizia a determinada altura que o valor de mercado que tinha sido atribuído era de 2000 Euros, como valor de retoma para a aquisição de uma viatura nova. No parágrafo posterior falava em 800 Euros como o valor base indicado para a venda da viatura. Havia, portanto, aqui uma diferença grande de valores. Questionou se esta viatura não poderia ter sido valorizada e se os serviços não precisariam de uma nova viatura, rentabilizando assim esta no processo de retoma. Tratando-se de dinheiros públicos, o senhor Deputado disse que toda a cautela era bem-vinda. Pôs a hipótese de que dentro de 3 ou 4 meses o Conselho Executivo decidia adquirir uma nova viatura. Já não tinha esta para valorização no acto de aquisição de uma nova viatura. De resto, disse compreender perfeitamente o processo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, afirmando que na informação assinada pelo técnico da CIMLT era dito que tinha sido aprovado em reunião do Conselho Executivo de 15/04/2010. Mas toda a informação referia a data de 25/03/2010. E a deliberação referia novamente a data de 15/04/2010. Questionou quando é que tudo foi decidido no Conselho Executivo.---

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, Joaquim António de Sousa Neves Ramos (PS)**, explicando que em 25/03/2010 se

tinha deliberado fazer o procedimento para a alienação e em 15/04/2010 tinha-se deliberado adjudicar ao concorrente que venceu o concurso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que os procedimentos se comportavam desta maneira. Numa primeira fase ia uma informação à reunião do Conselho Executivo para a abertura do procedimento. O Conselho Executivo deliberava abrir o procedimento para fazer a consulta a três entidades. Num momento posterior, face às propostas remetidas pelos concorrentes, o processo de decisão ia à reunião do Conselho Executivo para adjudicação. Relativamente à carrinha, explicou que era uma carrinha já antiga, com muitos quilómetros e que no ano anterior tinha tido uma revisão de mais de 2000 Euros. Quanto ao valor de retoma, tal hipótese não se poria porque não eram necessários mais veículos para o parque automóvel da CIMLT. Entretanto, a carrinha precisava de mais arranjos, o preço de ligá-la só ao computador para ver o seu estado actual era de 600 Euros, para depois se definir orçamento para aquilo que a viatura necessitava. O senhor Secretário Executivo referiu que ninguém quis pegar na carrinha porque estava sistematicamente a dar problemas, e portanto efectuou-se uma avaliação à carrinha, que já estava parada há cerca de 4 meses e decidiu-se lançar o procedimento e abatê-la no respectivo património.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, dizendo que isso não justificava porque é que a viatura não tinha sido utilizada para abate, para compra de outra. Por outro lado, na cláusula 2 dizia “15/04/2010 – data de deliberação de venda de viatura e escolha do procedimento”. Na opinião da senhora Deputada “escolha do procedimento” queria dizer que nesse dia tinham escolhido o procedimento de adjudicação directa com convite a três empresas. Mas na outra informação estava dito que a 25/03/2010 tinha sido realizado convite a três entidades. Então, primeiro os serviços técnicos tinham realizado o convite a três empresas e depois o Conselho Executivo tinha dito que sim. De acordo com o senhora Deputada, o procedimento deveria ser ao contrário.-----

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA  
LEZÍRIA DO TEJO

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que não tinha sido respondido se se pretendia adquirir uma outra viatura.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira (PS)**, considerando que se estava a dar demasiada importância a um acto que era gestionário. O Conselho Executivo poderia querer trazer este assunto à Assembleia Intermunicipal por ser um abate ao património. No entanto, estar a discutir questões que eram inerentes ao órgão executivo era uma perda de tempo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a carrinha tinha estado parada cerca de 4 meses, o valor comercial era cada vez mais reduzido e tinham sido exploradas todas as hipóteses. Actualmente não havia necessidade de aquisição de uma nova viatura para os serviços. Portanto, analisada a situação, esta tinha sido a solução encontrada para abater aquele património.-----

--- Colocada à votação a Proposta de Ratificação de Procedimento de Contrato de Compra e Venda de Veículo, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a Favor – 24 (PS, PSD, BE e MICA);-----

--- Abstenções – 5 (CDU).-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa *Ad-hoc*.-----

--- **O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

--- **O VICE PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

--- **A SECRETÁRIA** \_\_\_\_\_

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA  
LEZÍRIA DO TEJO